



UC/FPCE_2013

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Impacto de Variáveis Sociodemográficas e Familiares
no Investimento Materno**

Deolinda de Jesus Pinto Vieira Lopes Lélis
(deolindalelis@hotmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica (área de
subespecialização: Sistémica, Saúde e Família) sob a orientação da
Professora Doutora Maria João Seabra- Santos

Impacto de Variáveis Sociodemográficas e Familiares no Investimento Parental

Resumo

A presente pesquisa procurou estudar o impacto de variáveis sociodemográficas e familiares no investimento materno no bebé, no contexto angolano, bem como analisar a aplicabilidade da Escala de Investimento Parental na Criança e das suas subescalas (Aceitação do Papel Parental, Prazer e Conhecimento e Sensibilidade) e estudar algumas características psicométricas dessa escala nesse mesmo contexto. Nesse sentido, foram aplicados um Questionário Sociodemográfico, um Questionário Geral Sobre a Gravidez e o Nascimento e a versão portuguesa da Escala de Investimento Parental na Criança a uma amostra de 100 mães de bebés com 0 a 3 meses de vida, na Maternidade Irene Neto do Lubango, Província da Huíla. Os resultados relativos à consistência interna da EIPC demonstram valores inferiores aos valores desejáveis para este tipo de instrumento. O nível socioeconómico, o número de anos de escolaridade da mãe, o sexo e a idade do bebé mostram ter influência no grau de investimento materno, o qual se revela maior em mães de nível socioeconómico baixo, menos escolarizadas, com bebés de sexo masculino e mais novos dentro da faixa etária estudada. Os resultados são discutidos com base em algumas especificidades culturais do contexto angolano.

Palavras-chave: investimento materno; Escala de Investimento Parental na Criança; variáveis sociodemográficas; variáveis familiares.

Impact of Socio-Demographic and Family Variables in Maternal Investment

Abstract

This research paper aimed to study the impact of socio-demographic and family variables on maternal investment in the baby, in the Angolan context, as well as to analyze the applicability of the Parental Investment in the Parental Child Scale and its subscales (Acceptance of parental role, Delight and Knowledge and Sensitivity) and to study some psychometric characteristics of this scale in the same context. To this end, a Socio-demographic Questionnaire was applied, as well as a General Questionnaire about Pregnancy and Birth and the Portuguese version of the Parental Investment in the Child Scale to a sample of 100 mothers of babies between 0 and 3 months, at Lubango's Irene Neto Maternity Hospital, in Huila Province. Results related to PICS's internal consistency show values below those that would be desirable for this type of instrument. The social-economic level, number of years the mother was in school, the gender and age of the baby have an influence on mothers investment, which is higher in mothers of a lower social-economic level, with less studies, with babies that are male and younger, within the studied age group. The results are analyzed based on some cultural specificities of the Angolan context.

Key-words: maternal investment; Parental Investment in the Child Scale; socio-demographic variables; family variables.

A memória de meu pai...

Agradecimentos

Considero o resultado deste trabalho a concentração dos empenhos de muitas individualidades que contribuíram e contribuem na minha vida. Retribuo primeiramente a Deus, cuja luz ilumina a minha vida na vereda da sabedoria, do amor e da solidariedade...

Agradeço a minha mãe, Isabel Pinto pela dádiva da vida e dos quais tenho muita vaidade, especialmente por ter transmitido amor e uma educação sustentada em fortes princípios éticos, contribuição indispensável para que pudesse abraçar meus objetivos.

Ao meu marido Jorge Lélis pelo amor e companheirismo, por compreender a minha ausência em certos momentos, por incentivar e se interessar pela minha formação.

Aos meus filhos Giovanni, Haimara, Ayanda e Georgia, por me permitirem desempenhar uma das funções mais marcante e gratificante do sistema familiar: a função de mãe. Obrigada pela amizade, carinho e incentivo. Além disso um agradecimento especial à Haimara pela sua dedicação e pelas coerentes observações que me ajudaram muito na realização deste trabalho.

À minha sogra pelo carinho e incentivo.

Aos meus irmãos, pela amizade e carinho.

A minha orientadora, a Professora Doutora Maria João Seabra-Santos, pelo auxílio na elaboração, revisão da monografia e pelas influentes contribuições, inspiração profissional e, acima de tudo por acreditar em mim e não ter desistido, mesmo quando tentei pôr tudo a perder.

A todas professoras do mestrado, pela intercâmbio de conhecimentos e pelos espaços de discussão ministrados, o que permitiu o despertar de muitos assuntos que certamente ainda devo estudar.

Aos funcionários e a direção da Maternidade por viabilizarem a realização desta pesquisa e pelo apoio incondicional.

A todas as mães que participaram no nosso estudo, pela disponibilidade e confiança no preenchimento dos questionários, contribuindo para melhor compreensão e auxílio nas questões ligadas a parentalidade e investimento materno.

Aos meus colegas de curso de mestrado, pelo aprendizado e troca.

À direção da escola de formação de técnicos da Saúde pelo apoio incondicional.

A todos, meu eterno agradecimento!

Índice

Introdução -----	1
I. Enquadramento Teórico -----	3
1. Vinculação e Investimento Parental -----	3
1.1 Definições e Características -----	3
2. Variáveis que Afetam o Investimento na Criança -----	6
2.1 Variáveis Relativas à Mãe -----	7
2.1.1 Idade -----	7
2.1.2 Nível de Escolaridade -----	7
2.1.3 Nível Socioeconómico -----	8
2.1.4 Paridade e Experiência Prévia com Crianças -----	9
2.1.5 Circunstâncias Relativas à Gravidez e Parto -----	10
2.2 Variáveis Relativas ao Contexto Social -----	11
2.2.1 Situação Conjugal -----	11
2.3 Variáveis Relativas ao Bebê -----	13
2.3.1 Sexo -----	13
II. Estudo Empírico -----	15
1. Objetivos -----	15
2. Metodologia -----	15
2.1 Amostra -----	15
2.2 Instrumentos -----	18
2.3 Procedimentos -----	19
2.4 Tratamento Estatístico dos Dados -----	20
3. Resultados -----	20
3.1 Consistência Interna da Escala de Investimento Parental na Criança -----	20
3.2 Correlação dos itens da EIPC com as Respetivas Subescalas ---	21
3.3 Análise de Estatística Descritiva da EIPC -----	22
3.4 Investimento Materno e Variáveis Sociodemográficas e Familiares -----	23
4. Discussão -----	24
5. Conclusões -----	29
Referências Bibliográficas -----	31

Introdução

Nos primeiros anos de vida a espécie humana mostra-se frágil e dependente, o que implica que cada pessoa necessita do relacionamento com o outro para se desenvolver. Por conseguinte, tal debilidade beneficia o emergir de laços fortes entre a mãe e o bebé, que são fundamentais para a continuidade do género. Relativamente aos cuidados com a progénie, Bussab (2000) afirma que a família é a matriz fundamental do desenvolvimento humano e está responsabilizada pela tensão seletiva na evolução natural do ser humano. A autora ainda admite que existem propensões natas no ser humano para edificar a vinculação familiar, e que não existe nenhuma sociedade humana na qual o grau de consanguinidade seja visto como insignificante.

No seu trabalho de investigação “*Attachment and loss*”, John Bowlby (1973) denomina como comportamentos de vinculação ou por sistema de vinculação da criança um conjunto de comportamentos estruturados que permitem à criança manter o contato com a figura de vinculação ou principal cuidador. Ainda o mesmo autor refere que este sistema desempenha um papel evolucionista de proteção e sobrevivência, contribuindo para o sucesso evolutivo da espécie, e que o contato do bebé com a figura maternal ou cuidadora é fundamental e inato.

Cruz (2005) define investimento parental como o conjunto de atividades experimentadas pelos progenitores (pais e substitutos) junto dos seus descendentes, no sentido de promover o seu desenvolvimento da maneira mais plena possível, usando para tal os recursos de que dispõem dentro da família e, fora dela, na comunidade.

A transição para a parentalidade é vista por alguns autores como um momento de prazer, de oportunidade, à medida que as figuras parentais fazem todos os possíveis por assumir a sua nova função e alcançar novo nível de desenvolvimento. Por outro lado, pode também constituir um tempo de confusão e instabilidade para as mães e respetivos parceiros (Freitas, 2011; Rogan, Shmied, Barclay, Everitt, & Wyllie, 1997, Tomlinson, 1996, todos citados por Manning, 2008).

O interesse pela temática da maternidade começou, para mim, durante o tempo em que trabalhei como assistente médica de obstetrícia e quando participei como supervisora de saúde reprodutiva, durante três anos, no Projeto do Grupo de Apoio Psicológico e assistência materna. Este projeto é de carácter filantrópico, trabalhando em parceria com o Ministério da Saúde na área da saúde materna e tendo como objetivo sensibilizar as mulheres em idade fértil, jovens e grávidas, a adotar uma conduta mais positiva perante a sua saúde. Por outro lado, visa promover a adesão das gestantes a consultas de seguimento à grávida e ao parto em instituições hospitalares, em oposição aos partos domiciliares realizados por pessoas não formadas. Foi concebido na província da Huíla por técnicos nacionais e teve apoio de uma organização não-governamental denominada Grupo África da Suécia. Alguns dos temas propostos pelas professoras do curso de Mestrado

Integrado em Psicologia suscitaram, igualmente, o desejo de realizar este trabalho, de forma a conciliar a prática do atendimento materno com as teorias que abordam o tema da maternidade e, assim, compartilhar esta experiência com outras pessoas que também se interessam por esta temática.

Pesquisas sobre a práxis psicológica na área materna e infantil revelam-se indispensáveis, por forma a possibilitar a compreensão de características das interações mãe-bebé em fases precoces do desenvolvimento, concorrendo para um melhor conhecimento do processo do desenvolvimento humano. Por outro lado, a investigação nesta área, ao contribuir para a identificação precoce das dificuldades maternas que poderão interferir na relação mãe-bebé, poderá ajudar a evitar um sofrimento psíquico desnecessário e, conseqüentemente, obviar a certos distúrbios psíquicos.

Reconhecendo a riqueza relacional dos primeiros tempos de vida do bebé e a carência de estudos angolanos sobre o tema, este trabalho dispõe-se a preencher parcialmente esta lacuna e fornecer alguma evidência que possa apoiar a prática psicológica nesta área.

Assim, este trabalho tem como objetivo estudar o impacto de variáveis sociodemográficas e familiares no investimento materno no bebé, no contexto angolano.

A primeira parte deste estudo constitui, pois, uma revisão bibliográfica sobre vários contextos teóricos, nomeadamente sobre a vinculação e investimento parental e o impacto de variáveis sociodemográficas e familiares neste. Na parte segunda deste trabalho pretende-se apresentar o estudo empírico realizado, quanto à metodologia adotada, resultados encontrados, discussão dos mesmos e principais conclusões.

I – Enquadramento conceptual

Primeiramente iremos centrar-nos na definição e características da vinculação e investimento parental como variáveis que caracterizam parte do comportamento parental, descrevendo e analisando os seus principais conceitos em função de diferentes autores. De seguida analisaremos e descreveremos o impacto das variáveis sociodemográficas e familiares no investimento parental.

1. Vinculação e Investimento Parental

1.1 Definições e Características

A interação mãe bebé tem sido compreendida como um “diálogo comportamental” (Bakeman & Brown, 1977, citado por Figueiredo, 2001, p. 9) ou “conversa” (Trevarthen, 1979, citado por Figueiredo, 2001, p. 9) que ocorre entre a mãe e o bebé, no propósito muito singular de se relacionarem e experimentarem o prazer de estarem juntos (e.g., Bower, 1983, Stern, 1980, citados por Figueiredo, 2001). No estabelecimento da vinculação da mãe ao bebé interferem diversas dimensões, de cariz biológico, psicológico e sociocultural, que dizem respeito sobretudo à gravidez, ao parto e ao pós-parto imediato, e se referem à mãe, mas também ao pai e ao bebé. Klaus e Kennell (1976, citados por Figueiredo, 2001) apresentaram o termo “*bonding*” para relatar a relação ímpar, singular e sólida que se figura entre a mãe e o bebé. De acordo com estes autores, esta relação estabelecer-se-ia desde que se observam os primeiros contatos entre a mãe e o bebé, e seria auxiliada pela adaptação do processo hormonal da mãe e ativada pela presença do bebé.

Por outro lado, os mesmos autores defendem que a sua formação estaria privilegiada num “período sensível”, localizado nos momentos imediatamente a seguir ao parto. Neste contexto, alguns investigadores (Ainsworth, s/d, Bowlby, 1990, citados por Sadock & Sadock, 2007) concluíram que a progenitora que tem contato pele-a-pele com o seu bebé logo após o nascimento apresenta um vínculo mais forte e pode propiciar um cuidado com mais atenção do que aquela que não teve essa experiência. Porém, este conceito de “período sensível” é polémico, dado que muitas mães têm vínculos claros com os seus filhos e apresentam um cuidado materno excelente apesar de não terem tido contato pele-a-pele imediatamente após o parto. Neste contexto, é possível que como os humanos conseguem desenvolver modelos representativos de seus bebés no útero e mesmo antes da concepção, estas representações possam ser tão importantes para o processo de formação de vínculos quanto o contato por meio da pele, da voz ou do olhar (Bowlby, 1990, citado por Sadock & Sadock, 2007).

Robson e Moss (1970, citados por Figueiredo, 2001) falaram de vinculação materna ou “*maternal attachment*” para referir a dimensão em que a mãe sente que o bebé desempenha uma posição substancial na sua vida. Assim como os anteriores, estes pesquisadores defendem que as

primeiras oportunidades de contatos entre a mãe e o bebê são basilares para a qualidade vindoura dos cuidados maternos e determinantes para a maturidade e bem-estar ulteriores do bebê. Diversos pesquisadores como George e Solomon (1999, citados por Figueiredo, 2001) destacam que o sistema de vinculação materno evolui numa interação permanente com o sistema de vinculação do bebê.

A vinculação é definida por Eliason (1998) como o processo de estabelecer ligações com outros significantes, usualmente o primeiro prestador de cuidados. Segundo este autor, a vinculação é a função psicossocial mais marcante do recém-nascido e bebê, atuando decisivamente no desenvolvimento emocional vindouro.

Também John Bowlby (1990, citado por Sadock & Sadock, 2007) destaca que uma vinculação normal no nascimento é decisiva para o desenvolvimento de uma personalidade saudável. Segundo ele, esta acontece quando há um “relacionamento afetuosos, íntimo e contínuo com a mãe, no qual ambos [mãe e bebê] encontram satisfação e prazer” (Bowlby, 1990, citado por Sadock & Sadock, 2007, p. 164).

Os bebês tendem a vincular-se preferencialmente a uma figura, mas podem formar laços com distintas figuras, como, por exemplo, progenitores ou seus substitutos. A vinculação desenvolve-se gradualmente, resultando na ânsia do bebê em estar com a figura amada, que é entendida como mais forte, mais sábia e capaz de atenuar a ansiedade ou a perturbação do bebê, favorecendo sentimentos de segurança. O processo é auxiliado pela interação que sucede entre a mãe e o bebê, na qual a quantidade de tempo que passam reunidos é menos relevante do que a quantidade de ações entre a progenitora e o bebê (Bowlby, 1973, Dorothy, 2002, Townsend, 2011).

A vinculação pode ser definida como o tom emocional entre os bebês e as suas figuras zeladoras e é demonstrada quando o bebê busca e se apega à figura que dele zela, comumente a progenitora. Geralmente, por volta do primeiro mês, os bebês já começaram a demonstrar este comportamento, que é exteriorizado para favorecer a aproximação com a figura almejada.

Investigações etológicas (Harlow, s/d, Lorenz, 1959, Tinbergen, s/d, citados por Sadock & Sadock, 2007) demonstraram que primatas não humanos e outros animais manifestam modelos de comportamentos de vinculação presumivelmente involuntários e orientados por propensões inatas. Um exemplo de um sistema de apego involuntário é o “*imprinting*”, no qual alguns estímulos podem produzir comportamentos inatos durante os primeiros momentos do desenvolvimento comportamental de um animal. Do mesmo modo que a cria do animal se apega à sua progenitora num momento crítico no início do seu desenvolvimento, o mesmo acontece com os bebês humanos. Por conseguinte, a vinculação acontece quando o bebê e os prestadores de cuidados se observam, se tocam, e dedicam atenção um ao outro, aprendendo os sinais um do outro (Eliason, 1998). Neste sentido, Giugliani (2006) defende que a interação entre a mãe e o bebê nos primeiros dias de vida deste é importante para uma futura relação harmônica. A progenitora deve ser guiada a responder imediatamente às necessidades do

seu bebê, não receando que isso o possa deixar “manhoso” ou muito dependente mais tarde. A prestação de cuidados como o carinho, proteção e pronto atendimento das necessidades do bebê visam, fomentar o seu sentimento de segurança, ao mesmo tempo que beneficiam a sua autonomia em idade adequada.

Analogamente, Winnicott (1982, citado por Pedro, 1985) defende que a dependência do bebê na fase inicial é absoluta. Esta dependência implica não só a alimentação, mas também a necessidade de proximidade, proteção e ajuda, numa relação bidirecional. A criança é dependente e a mãe protege-a. Neste momento inicial, a mãe ajuda e organiza o ego do bebê constituindo, de acordo com o mesmo autor, um “ambiente facilitador”, enquanto o bebê ainda não está apto para assegurar a sua própria identidade.

Nesta idade, segundo Erikson (1968, citado por Monteiro & Santos, 2002), a criança vai descobrir o que é ter ou não confiança. Esta confiança está relacionada com a interação do bebê com a mãe. Se a criança não se sentir segura e confiante, se a mãe não satisfizer as suas necessidades, pode desenvolver medos, receios, sentimentos de desconfiança que perturbarão as suas relações futuras com as pessoas e o modo como vivenciará os contextos da vida. Quando os desconfortos são prontamente resolvidos e as necessidades rapidamente satisfeitas, o bebê constrói um sentido de confiança no mundo que lhe vai possibilitar adaptar-se às circunstâncias e às pessoas.

A relação mãe-filho é encarada, pelos teóricos da aprendizagem social, como “uma classe de comportamentos apreendidos no contexto da relação de dependência da criança com a mãe e reforçados no cuidado que ela lhe dispensa” (Monteiro & Santos, 1995, p. 192). O lactente liga-se à mãe porque ela satisfaz as suas necessidades fisiológicas, entre outras.

Para Brazelton (1981, citado por Seabra-Santos, 2001, p. 133) “o bebê vem ao mundo equipado para sinalizar as suas necessidades e a sua gratidão (...). Pode ser visto como uma força poderosa, capaz de estabilizar e influenciar as pessoas que o rodeiam”. De facto, as pesquisas efetuadas nas últimas décadas têm evidenciado que, desde o nascimento, o ser humano é capaz, por exemplo, de fixar e seguir estímulos visuais e auditivos, animados e inanimados e distinguir entre estímulos diferentes e ficar durante demorados períodos numa fase de alerta atento (Seabra-Santos, 2001). Sendo um indivíduo especialmente sociável, o bebê humano é, não só competente para ajustar-se às situações do meio e interagir com as figuras cuidadoras, como ainda consegue ele próprio, desencadear comportamentos sociáveis, apelando à interação com os outros.

Os conhecimentos resultantes das pesquisas no campo da vinculação parecem agregar alguma concordância relativamente ao fato de que os progenitores que investem mais no seu filho igualmente lhe oferecem cuidados mais sensíveis, aumentando a probabilidade de este manter no futuro ligações positivas com os progenitores, pares e outros significativos e, mais especificamente, com os seus próprios descendentes.

O *investimento parental* é o lado do adulto na relação de vinculação,

isto é, o investimento que o indivíduo faz em cada descendente (Gameiro, Martinho, Canavarro, & Moura-Ramos, 2008). Estudos realizados por Clutton-Brock (1991, citado por Gameiro et al., 2008) descrevem que as abordagens evolucionistas têm colocado maior realce no papel que os progenitores adotam no desenvolvimento psicossocial dos seus descendentes, concetualizando os cuidados parentais como o investimento que estes realizam de forma particular e diferencial em cada um dos seus descendentes.

Assim, o investimento parental tem não só uma dimensão biopsicossocial como, também, representa uma visão económica do cuidado parental uma vez que o progenitor aplica todo o esforço, tempo, e recursos disponíveis com a finalidade de conseguir aumentar o seu valor como progenitor e as hipóteses de sobrevivência do seu descendente. Nesta abordagem compreende-se que a modificação no investimento parental, entre distintos sujeitos ou numa mesma pessoa ao longo da sua história reprodutiva “reflete diferenças na relação entre os custos/benefícios advindos do fornecimento de cuidados àquela prole específica, naquelas condições específicas” (Clutton-Brock, 1991, citado por Tokumaru et al., 2011, p. 49).

No horizonte da psicologia do desenvolvimento, este investimento pode ser visto como o grau em que o adulto se responsabiliza na sua tarefa de pai/mãe, no sentido de garantir um desenvolvimento favorável à criança (Greenberger & Goldberg, 1989, citados por Gameiro et al., 2008).

Vários exemplos de comportamentos têm sido invocados para caracterizar o investimento parental, tais como: proximidade mãe-bebé no momento de adormecer, resposta maternal ao choro do bebé, contato corporal na primeira infância, tempo de aleitamento, interação social entre os progenitores e descendentes, apoio socioemocional, tempo disponível, vacinação e gastos com a escola (Bradley & Corwyn, 1999, Daris, 2002, Goetz, 2008, Hertwig, 2002, Lordelo, 2006, Quinlan, 2007, Sulloway, 2002, Vieira, 2008, Wang, 2007, todos citados por Tokumaru, Zortea, Howat-Rodrigues, & Andrade, 2006).

De acordo com Bradley e colaboradores (1997, citados por Gameiro et al., 2008) a noção de investimento socioemocional nos descendentes compreende aspetos específicos que caracterizam a relação entre o cuidador e o seu filho, tais como a alegria e prazer que experimenta com ele, a vontade de estar com ele, as manifestações de ternura direcionadas ao filho, o grau de cuidado com o seu bem-estar, o sentir-se bem no papel parental e o agir no melhor interesse da prole.

2. Variáveis que Afetam o Investimento na Criança

O tipo de comunicação que se processa entre a mãe e o bebé está relacionado com variáveis distintas, inerentes quer à mãe, quer ao bebé, quer à conjuntura sociocultural na qual a interação se insere.

Determinados traços singulares da mãe como, por exemplo, o nível de

escolaridade, a idade, o **número** de filhos, o estado civil, entre outras, determinam o comportamento que ela apresenta para com o seu filho e interferem significativamente na qualidade da interação mãe-bebé.

Independentemente das características da mãe, atualmente têm sido motivo de investigação outros fatores relativos à sua situação social e cultural.

Por outro lado, algumas particularidades do bebé, como seja o sexo, a idade, o temperamento, a maturidade, entre outros, causam efeito no comportamento que ele tem com a figura maternal e, de igual modo, interferem na qualidade da interação entre eles.

No decorrer deste capítulo apresentaremos algumas investigações empíricas que avaliam a interferência de condições relativas à figura maternal, ao contexto social e ao bebé, em aspetos significativos da interação mãe-bebé.

2.1 Variáveis relativas à mãe

2.1.1 Idade

Os estudos de numerosos investigadores têm-se preocupado com o efeito da idade da mãe sobre a qualidade da interação mãe-bebé. No entanto, tais investigações têm dado maior ênfase à avaliação das repercussões desfavoráveis que a pouca idade da mãe pode ter sobre a assistência que é fornecida ao bebé. Neste contexto, Barratt e Roach (1995, citados por Figueiredo, 2001) realizaram um estudo para avaliar a qualidade da interação mãe-bebé em 48 díades de mães primíparas solteiras, comparando mães adolescentes (com idade entre os 15 e os 18) e mães adultas (com idade igual ou superior a 19 anos). Estes autores concluíram que, na interação com o bebé aos 4 meses de idade, as mães adolescentes vocalizavam e riam-se menos com os seus bebés, bem como ofereciam e compartilhavam menos os objetos com eles do que as mães adultas. Ainda estes autores verificaram igualmente diferenças análogas em bebés de 12 meses de idade nomeadamente: as mães adolescentes providenciaram interações menos ajustadas, sobretudo exibiram um menor número de respostas verbais do que as mães adultas. De igual modo, na interação com a mãe, os bebés das mães adolescentes, quando confrontados com os das mães adultas manifestaram um número menor de sorrisos e um número menor de verbalizações, aos 4 meses de idade, e uma maior ausência de resposta verbal, aos 4 e aos 12 meses de idade, respetivamente.

Uma outra pesquisa realizada por Manning (2007) comprova que a idade materna tem efeito determinante nos resultados da gestação e no parto. De acordo com esta investigação, o feto e o recém-nascido encontram-se mais vulneráveis quando a figura maternal é uma adolescente ou tem idade superior a 35 anos.

2.1.2 Nível de Escolaridade

Quanto às variáveis relativas ao nível de escolaridade, são escassos os

estudos que analisaram estas variáveis no investimento parental. De acordo com os estudos realizados por Cohen e Beckwith (1976, citado por Figueiredo, 2001) as desigualdades associadas às mães com variados níveis de escolaridade são muito semelhantes àquelas que foram encontradas em mães de grupos sociais distintos (cf. ponto seguinte). Neste contexto, importa salientar, de acordo com Bornstein e Tamis-LeMonda (1994, citados por Figueiredo, 2001), que as mães com alto QI têm uma atitude interativa mais ajustada e estão mais atentas e disponíveis para responder às tentativas de interação do bebê do que as mães com baixo QI.

Vários estudos (Dalla & Gamble, 2000; Diehl, 1997) têm demonstrado que um baixo nível de escolaridade da progenitora está relacionado com reações menos favoráveis relativamente ao investimento parental, nomeadamente a atenção ao sofrimento e ao comportamento do bebê.

Investigações realizadas por Silva, Pendu, & Pontes (2000, citados por Tokumaru et al., 2006) apontaram que progenitoras de classe baixa que possuíam limitado nível de escolaridade manifestavam menos comportamentos reveladores de sensibilidade materna e mais comportamentos negativos do que as progenitoras de classe média. Também Lordelo, Fonseca e Araújo (2000, citados por Tokumaru et al., 2006) descrevem níveis de responsividade mais elevados entre as mães de classe média e com nível de escolaridade superior.

Um estudo realizado por Bossardi (2011) verificou que as mães com maior nível de escolaridade e nível socioeconómico alto investem menos em cuidados básicos do que mães com menor nível de escolaridade e nível socioeconómico baixo.

2.1.3 Nível Socioeconómico

Contrariamente ao que ocorre com outras variáveis, numerosos estudos contemplam o efeito do nível socioeconómico (NSE) na relação mãe-bebê. Para Hoff, Laursen e Tardif (2002, citados por Brás, 2008) os comportamentos dos sujeitos pertencentes a uma classe social baixa, média ou elevada parecem estar associadas a diversas marcas e práticas educativas, assim como a atitudes, valores e ideias. Porém, mais importante do que identificar a presença de desigualdades entre os grupos que diferem no NSE, é tentar compreender o porquê delas existirem.

A pesquisa sobre a relação entre o NSE e o investimento parental permite contribuir para uma melhor compreensão do modo como esta influencia a conduta dos pais em relação aos seus filhos, por um lado e, por outro, da forma como, em conjunto e separadamente, influenciam o processo de desenvolvimento das crianças.

Existem dados empíricos, acumulados desde os anos 50 do século passado, que sustentam a tese da influência do NSE no investimento parental. Bronfenbrenner (1958, citado por Brás, 2008) nas suas investigações relata-nos que pais de classe social média /elevada se servem na maior parte das vezes da disciplina psicológica guiada, que consiste na manifestação do afeto, e são mais responsivos aos estados interiores das

crianças, ao passo que os pais de classe social baixa se servem mais do castigo assim como de métodos de confirmação de poder. A este respeito, Figueiredo refere que “Para a grande maioria dos autores, a conduta interativa das mães pertencentes à classe média ou alta é na sua generalidade mais adequada do que a conduta interativa das mães pertencentes à classe baixa” (2001, p. 60). Para a autora, estas diferenças verificam-se não só ao nível do contato físico e da expressão afetiva, mas também pelo maior número de oportunidades de estimulação, sobretudo verbal, oferecidas pelas mães de classe média ou alta aos seus bebés, quando comparadas com as mães de classe social baixa. Estas evidências são partilhadas em estudos realizados por Lordelo (2002) que refere também que as interações entre as díades de nível socioeconómico baixo são muito mais do tipo não-verbal, abarcando somente o contato corporal, enquanto as díades de nível socioeconómico médio obtêm resultados mais altos nas interações verbais.

Nesta perspetiva, Belsky (1997, citado por Gameiro et al., 2008) inferiu que, sob situações de stress ou quando os meios não existem ou são escassos, os pais tendem a realizar um investimento mais reduzido nos seus filhos, e como consequência eles crescem num ambiente de carência emocional onde a possibilidade de se desenvolverem relações de vinculação instáveis é maior. Estes, por seu turno, realizarão um investimento escasso nos seus próprios descendentes.

2.1.4 Paridade e Experiência Prévia com Crianças

Diversas investigações empíricas (Brown et al., 1975, Crockenberg & Smith, 1982, Dzig, 1979, Eaton, Chipperfield, & Singbeil, 1989, Fish & Stifter, 1993, Missio, Bott, Costas, & Deulofeu, 1995, Rubestein, 1967, Thoman & Olson, 1972, todos citados por Figueiredo, 2001) aduzem que o número de filhos que a mulher deu à luz, tanto quanto o conhecimento da mãe na assistência a dar ao bebé tem um impacto relevante em dimensões marcantes da forma como a mãe se comporta na interação com o bebé.

Stifter e Fish (1993, citados por Figueiredo, 2001) realizaram uma investigação sobre uma amostra de 87 mães com bebés de 5 meses de idade e investigaram o efeito da paridade sobre as atitudes maternas e o comportamento da mãe na interação com o bebé. Estes autores concluíram que as mães multíparas referem níveis mais altos de autoeficácia, enquanto as primíparas manifestam um maior aumento de sentimentos antagónicos para com o casamento após o nascimento do bebé, o que se interpõe negativamente na qualidade da interação mãe-bebé.

As investigações fazem referência nomeadamente aos cuidados a prestar ao bebé e, em particular, à interação durante o aleitamento, apontando que, nos primeiros dias após o parto, as mães que têm filhos pela primeira vez são muito menos eficazes quando comparadas com as mães multíparas, suspendendo mais vezes a mamada e estimulando por excesso os seus bebés, o que faz com que eles distribuam a sua atenção, pelo que levam muito mais tempo a amamentar (Brown et al., 1975, Dzig, 1979, Missio et al., 1995, Thoman & Olson, 1972, todos citados por Figueiredo, 2001).

Entretanto, alguns autores (como Demotoni, Rizzian, & Narberi, 1987, citados por Figueiredo, 2001) concluíram que, com tempo, as desigualdades marcadas no comportamento interativo entre mães primíparas e mães múltiparas tendem a atenuar-se, dado que as mães primíparas assimilam formas mais ajustadas de interagir com o bebé.

Em oposição, outros estudos (e.g., Papousek, 1989, citado por Brás, 2008) não reportam desigualdades no comportamento interativo entre mães primíparas e mães múltiparas e os respetivos bebés. À guisa de exemplo é o que se verifica relativamente à aptidão para apreciar o estado comportamental/afetivo associado às verbalizações do bebé. Tal sugere que pelo menos certas aptidões maternas dizem respeito à experiência comum da mulher e não estão sujeitas à interferência da aprendizagem específica com um bebé que seja seu.

Concluindo, nos estudos realizados não é claro que o facto de ter filhos anteriores beneficie a qualidade do comportamento interativo da mãe para com o bebé em todas as situações, sugerindo que tal vantagem pode circunscrever-se somente a alguns comportamentos e aos momentos iniciais das trocas interativas mãe-bebé.

2.1.5 Circunstâncias Relativas à Gravidez e Parto

Distintos autores (como DeVries, Wellmans-Camus, & Landeur-Heyrant, 1983, Kennell et al., 1975, Pedro, 1982, Windstron et al., 1990, todos citados por Figueiredo, 2001), nas suas investigações empíricas, têm também averiguado que as circunstâncias diretamente relacionadas com o parto beneficiam a proximidade e a participação da mãe na assistência a dar ao bebé, bem como a interação mãe-bebé, visto que nessas condições se observam modelos de maior atuação interativa, quer por parte da mãe, quer por parte do bebé e, por conseguinte, se cria uma interação mais rica e diversificada na díade.

Por outro lado, existem enormes evidências empíricas de que as condições inerentes à gestação e ao parto se interpõem de modo significativo na qualidade da interação que se estabelece na díade mãe-bebé.

Quando a proximidade corporal mãe-bebé é favorecida logo após ao nascimento, dá-se uma interação positiva a curto e a longo prazo. Em 1976, designadamente na clássica investigação de Klaus e Kenell, averiguou-se que as mães que desfrutavam de contato corporal com o bebé nas primeiras horas após ao parto continuavam a apresentar uma maior proximidade com ele um mês depois do parto (Klaus et al., 1972, citados por Figueiredo, 2001) bem como, a realizar ações mais seguras com vista à tranquilidade do bebé nas situações de desconforto e mal-estar, quando este tinha um ano de idade (Kennell et al., 1974, citados por Figueiredo, 2001), e a fornecer mais estimulação verbal ao bebé aos 2 anos de idade (Ringler et al., 1975, citados por Figueiredo, 2001).

Para os autores destas investigações, as relações encontradas podem ser explicadas pelo fato de o momento após o parto constituir um tempo excelente para o estabelecimento do vínculo afetivo da mãe com o seu bebé,

sucedendo um vasto número de interações mútuas que são fundamentais para o vínculo afetivo (Kennell et al., 1975, citados por Figueiredo, 2001).

Efeitos análogos a estes foram verificados noutros contextos culturais, nomeadamente em Portugal, por Gomes Pedro (1982). Para este autor, o contato precoce proporciona diferentes meios passíveis de fortificar o vínculo afetivo que se estabelece na díade.

Também Valman (s.d., citado por Gomes Pedro, 1982) refere que a relação mãe-filho pode estabelecer-se a seguir ao parto através de cinco maneiras diversas. Assim, no primeiro nível chama a atenção para a importância de existir entre eles um contato precoce logo após ao nascimento, através do olhar. O segundo nível é representado pela capacidade da mãe poder tocar diferentes partes do corpo do seu bebé, inicialmente com as pontas dos dedos e posteriormente com toda a face da mão, com a finalidade de descobrir, progressivamente, todo o ser físico do filho. O terceiro fator consiste em a mãe, durante os primeiros dias após ao parto, mostrar uma superproteção para com o seu filho, estando desassossegada com o choro do seu bebé e com algumas dificuldades que ele possa experimentar face à alimentação. O quarto fator consiste na capacidade que o bebé apresenta para reproduzir as manifestações faciais da mãe como, por exemplo, pôr a língua de fora e determinar, desta forma, uma relação de retroalimentação. Finalmente, o contato físico, durante o aleitamento materno e o alojamento conjunto do bebé e da mãe, auxiliam a fomentar um vínculo afetivo seguro.

Também Windstrom, Wahlberg, Matthiesen e Eneroth (1990, citados por Figueiredo, 2001) demonstram que certas circunstâncias relativas às condições de parto beneficiam o estabelecimento de interações mais positivas entre a mãe e o bebé. Junto de uma amostra de 57 mães suecas, estes autores averiguaram que as díades a quem tinha sido facilitado o contato precoce mãe-bebé, através do aleitamento materno e do contato corpo a corpo 30 minutos depois do parto, usufruíam de interações mais ajustadas durante os primeiros 4 dias do pós-parto, numa situação de aleitamento materno.

2.2 Variáveis Relativas ao Contexto Social

2.2.1 Situação conjugal

Nos últimos anos as características das famílias têm vindo a alterar-se, particularmente no que se refere à situação relacional. Atualmente verifica-se uma elevada prevalência de casais vivendo em união de fato e a média da idade para casar aumentou consideravelmente, ao passo que a média de idade da união de fato permaneceu inalterada (Manning & Smock, 1995). Para certos casais a união de fato é vista como uma preparação para o casamento, ao passo que para outros é vista como alternativa ao casamento.

A família, enquanto núcleo fomentador e auxiliador do desenvolvimento humano, possibilita aos elementos que a compõem a efetivação de duas funções indispensáveis: assegurar a continuação da

espécie e facilitar o equilíbrio entre o crescimento/individuação e a socialização de cada membro. Neste sentido, a família, principalmente através dos progenitores, é uma das fontes mais indispensáveis de socialização e educação (Alarcão, 2002).

Contudo são raras as investigações que estudam o impacto da situação relacional, neste caso de ser casado ou viver em união de fato, no investimento parental. O que se sabe, e de acordo com as abordagens dos sistemas familiares, é que a relação marital e a situação relacional entre os pais têm um papel marcante no desenvolvimento das crianças, sobretudo no que se refere ao investimento propriamente dito (Hetherington, 1989, Santrock, Warshak, Lindberg & Meadows, 1992, citados por Brás, 2008). Mas isto não nos diz que o fato de ser casado ou viver em união de fato tem algum impacto no investimento parental (razão pela qual no nosso estudo aglutinamos as mães casadas com as mães que vivem em união de fato). No entanto, estudos realizados pelos autores Fish, Stifter e Belsky (1993, citados por Figueiredo, 2001) sustentam que a qualidade e a satisfação da mãe com a ligação afetiva conjugal, ao longo da gestação, se associam positiva e significativamente com a qualidade de interação entre a mãe e o bebê.

Belsky e colaboradores (1985, citados por Relvas & Lourenço, 2001, p.116) fazem uma revisão de diferentes investigações e concluem que “a qualidade conjugal declina modestamente, mas seguramente, desde o período anterior até o posterior ao nascimento do primeiro filho. Este declínio é mais pronunciado para as mulheres do que para os homens”. E acrescentam que “aquelas famílias que experienciam mais satisfação conjugal antes do nascimento experienciam mais satisfação conjugal depois do nascimento”.

Um contato próximo e satisfatório com o cônjuge está positivamente correlacionado com a vinculação mãe-feto e mãe-bebê, assim como o envolvimento do pai está ligado a comportamentos maternos mais ajustados e a uma relação mais positiva mãe-filho (Bloom, 1998, Diehl, 1997, citados por Manning, 2007).

Num estudo levado a cabo sobre uma amostra de 32 mães primíparas americanas, Isabella (1994, citado por Figueiredo, 2001) concluiu que as mães que no final da gestação referem a presença de níveis mais altos de satisfação conjugal e de níveis mais altos de suporte emocional e social por parte da família parecem apresentar uma maior satisfação no desempenho das mais variadas áreas da sua vida. Designadamente, maior satisfação no desempenho do papel materno no 4º mês do pós-parto o que, por sua vez, se relaciona a uma interação mãe-bebê mais ajustada na idade de 9 meses do bebê e assegura o desenvolvimento de uma vinculação estável à mãe, por parte da criança. Para a mesma autora (citada por Figueiredo, 2001, p. 81) “os resultados testemunham a importância do contexto social da mãe ... na qualidade das interações e da relação que estabelece com o bebê”. Na visão desta autora o apoio social e a satisfação conjugal não são a causa, por si só, da qualidade da interação mãe-bebê. Estes fatores contribuem diretamente para a satisfação da mulher e esta, por sua vez, influencia diretamente a

qualidade do comportamento interativo materno. Assim, “as mães que estão satisfeitas com os diferentes papéis que desempenham na vida predispõem-se a estar de uma forma mais sensível com os seus bebés” (Isabella, 1994, citado por Figueiredo, 2001, p. 81).

2.3 Variáveis Relativas ao Bebê

Atualmente sabe-se que os bebés têm aptidões que anteriormente eram desconhecidas e os progenitores e familiares devem conhecer tais competências para melhor interagirem com os seus descendentes, além de transformar a interação na díade mãe-bebé mais gratificante (Seabra-Santos, 2001). Por volta de três semanas, os bebés reproduzem os movimentos faciais das figuras cuidadoras, por exemplo abrindo a boca e colocando a língua para fora, imitando as pessoas que agem da mesma maneira. Acredita-se que predisposições imitativas sejam prenunciadoras da vida emocional do bebé. A resposta de sorrir acontece em duas etapas: a primeira é o sorriso endógeno, que se dá naturalmente dentro dos dois primeiros meses e não está relacionada com a estimulação externa. A segunda é o sorriso exógeno, que é estimulado externamente, em geral pela figura maternal, e ocorre por volta da 16ª semana de vida (Manning, 2008; Sadock & Sadock, 2007).

Para Giugliani (2006) o melhor momento de interagir com o bebé ocorre quando este se encontra num estágio de alerta inativo. Neste estágio o bebé mantém-se com os olhos bem abertos, dando uma sensação de estar bem atento para a interação. Na primeira hora de vida é preponderante esse estado de consciência, beneficiando a interação entre a progenitora e a criança. Neste sentido, a autora defende que o sistema de alojamento conjunto otimiza a interação contínua entre a mãe e o bebé e permite à progenitora possibilidade ímpar de aprendizagem.

Nos últimos anos a investigação tem realçado a importância das competências do recém-nascido e a ampla influência que o bebé possui para fomentar e organizar a conduta de seus progenitores e a maneira como se relacionam com ele (Seabra-Santos, 2001). São colocadas em evidências a reciprocidade interativa, correspondente à determinação da conduta de cada componente da díade, sendo realçados os efeitos que o bebé possui sobre o seu prestador de cuidados.

Conforme o exposto, é possível concluir que, desde o nascimento, o bebé reúne um conjunto de particularidades e de habilidades interativas que lhe permitem interagir com a mãe, através de incalculáveis sinais comunicativos, assim como o sorrir e o chorar, os quais, por sua vez, guiam os progenitores na representação do seu papel (Brazelton, 1979/1982, Hoffer, 1975, Rheingold, 1970/1982, todos citados por Figueiredo, 2001; Manning, 2007; Sadock & Sadock, 2007; Seabra-Santos, 2001).

2.3.1 Sexo

A investigação sobre as desigualdades sexuais foi desde sempre uma

forte área de atenção da Psicologia. Originariamente foram marcadas à nascença desigualdades significativas no comportamento do bebê, conforme o gênero. Em consequência disso, estabeleceram-se numerosos estudos empíricos no sentido de averiguar o efeito do sexo do bebê sobre diversas características da interação mãe-bebê (Figueiredo, 2001).

A maior parte das investigações realizadas comprova que a interação mãe-bebê atinge tonalidades diferentes conforme o sexo da criança com a qual a mãe interage (cf. Figueiredo, 2001). À guisa de exemplo, nos primeiros 3 meses do pós-parto, no momento da amamentação, observa-se que as mães tendem a estimular em quantidade e em estilos distintos os bebês do sexo feminino, quando comparados com os bebês do sexo masculino (Thoman & Olson, 1972, citados por Figueiredo, 2001).

Das investigações realizadas conclui-se que as mães estimulam melhor, interagem melhor à distância e de uma maneira mais social, olhando, vocalizando e sorrindo com mais frequência para os bebês do sexo feminino, quando comparadas com as mães dos bebês do sexo masculino, que estimulam menos e interagem mais na proximidade física, tocando e pegando ao colo com mais frequência estes bebês (Gottfried, Seary, & Wismar, 1987, Lewis, 1972, Rosenthal, 1983, Thoman & Olson, 1972, todos citados por Figueiredo, 2001).

Importa realçar que estes dados não foram, entretanto, coincidentes com os resultados encontrados nas investigações de Bakeman e colaboradores (1975, 1977, citados por Figueiredo, 2001) que, em oposição aos estudos antes realizados, apuraram que as mães têm uma inclinação em estimular mais e ser mais afetuosas com os bebês do sexo masculino, quando comparadas com as mães de bebês do sexo feminino.

Realça-se que, em contextos culturais distintos, desigualdades análogas relativas ao sexo do bebê são observadas no comportamento interativo, quer dos próprios bebês, quer na maneira como os progenitores interagem com eles (Fogel et al., 1988, Robelsky & Hank, 1971, citados por Brás, 2008).

Também não existe consenso entre os autores para justificar as desigualdades observadas. Segundo alguns autores (David & Emory, 1995, King & Dubois, 1978, Robin, 1986, todos citados por Figueiredo, 2001) estas desigualdades teriam o seu início em particularidades notadas precocemente no comportamento interativo do bebê. Já para outros pesquisadores (Lewis, 1972, Thoman & Olson, 1972, todos citados por Figueiredo, 2001) o início dessas assimetrias residiria nas regras de comportamentos socioculturais aprendidas no processo de socialização, as quais determinam os distintos comportamentos da mãe para com o bebê do sexo masculino e do sexo feminino. Mais recentemente, Grant (1994, citado por Figueiredo, 2001) sugere que as mães dos bebês de sexo masculino teriam uma personalidade mais influente do que as mães dos bebês do sexo feminino, que condiciona uma forma de atuação diferente para com o bebê.

II – Estudo empírico

1. Objetivos

A presente pesquisa teve como objetivo geral estudar o impacto de variáveis sociodemográficas e familiares no investimento materno no bebé, no contexto angolano. Relativamente aos objetivos específicos estabeleceram-se vários, designadamente: 1) analisar algumas características psicométricas da Escala de Investimento Parental na Criança e das suas subescalas (Aceitação do Papel Parental; Prazer; e Conhecimento e Sensibilidade) e itens; 2) analisar a Escala de Investimento Parental na Criança do ponto de vista da estatística descritiva e comparar os resultados obtidos com os de um estudo português congénere; 3) analisar o impacto e a relação entre variáveis sociodemográficas (e.g., estado civil, nível de escolaridade, nível socioeconómico) e familiares (e.g., planificação da gravidez, colaboração do parceiro) e o investimento materno no bebé. Dado o carácter exploratório do estudo no contexto angolano, não serão estabelecidas quaisquer hipóteses.

2. Metodologia

2.1 Amostra

A amostra foi constituída por 100 mulheres pertencentes à população geral, que tiveram bebés na Maternidade Irene Neto, no Lubango. Estas mulheres foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios de inclusão: a) serem mães de bebés com idades compreendidas entre os 0 e os 3 meses; b) não terem vivenciado situações de risco relacionadas com o nascimento dos bebés; c) serem de nacionalidade angolana.

A faixa etária dos bebés foi estabelecida com intenção de abarcar o momento em que o investimento parental é decisório na vinculação mãe-bebé.

Apresentam-se, de seguida, no Quadro 1, as características sociodemográficas da amostra, no que se refere às mães. Como se pode observar as mães têm idades compreendidas entre os 14 e os 41 anos ($M = 25.62$ anos e $DP = 5.91$ anos). Ainda quanto à idade, na sua maioria as participantes tinham idades compreendidas entre os 20 e 29 anos (62%), seguidas de mães com idades compreendidas entre os 30 e 39 correspondentes a 24% do total da amostra.

No que se refere à situação conjugal, a maioria das mães participantes vivem em união de facto (56%) ou são casadas (22%).

Relativamente às habilitações literárias, na sua maioria as participantes tinham o ensino médio concluído (40%). Quanto ao nível socioeconómico dos sujeitos, há uma predominância de mães de nível médio (62%), enquanto 35% são do nível socioeconómico baixo e somente 3% de nível socioeconómico elevado. Assim sendo, as participantes que constituem

a amostra considerada distribuem-se maioritariamente entre o nível socioeconómico baixo e médio.

No que diz respeito ao número de filhos, na sua maioria as participantes tinham dois filhos (33%) ou um filho (29%).

Quadro 1 - Características sociodemográficas da amostra: mães

	N=100	%
Idade		
14-19	12	12
20-29	62	62
30-39	24	24
≥40	2	2
	M=25.62 DP=5.91	
	Min.=14 Máx.=41	
Situação conjugal		
Solteira	21	21
Casada	22	22
União de facto	56	56
Viúva	1	1
Habilitações literárias		
Analfabeta	3	3
1ª a 6ª classe	27	27
7ª a 9ª classe	27	27
10ª a 12ª classe	40	40
Superior	3	3
Nível socioeconómico		
Baixo	35	
Médio	62	35
Elevado	3	62
Números de filhos		
1	29	3
2	33	
3	15	29
4	9	33
≥5	14	15
	M=2.68 DP=1.62	9
	Min.=1 Máx.=7	14

No Quadro seguinte (Quadro 2) apresenta-se a análise descritiva das características sociodemográficas dos bebés, de acordo com a variável género e idade. Tal como se pode observar, 52% das mães da nossa amostra tem bebés do sexo feminino e os restantes 48% tem bebés do sexo masculino, e 42 % das mães tem bebés com 0 meses de idade e 25% tem bebés com 1 mês de idade. A média das idades dos bebés é de cerca de 1 mês.

Quadro 2 - Características sociodemográficas da amostra: bebês

Variável	N=100	%
Género		
Masculino	48	48
Feminino	52	52
Idade (Meses)		
0	42	42
1	25	25
2	17	17
3	16	16
	M =1.07	DP =1.11

No Quadro 3 apresenta-se a análise descritiva das variáveis relativas à gravidez/parto. Das análises feitas verificou-se que, relativamente à planificação da gravidez 34% das mães responderam afirmativamente, enquanto 66% referiram que a gravidez não foi planeada.

No que se refere à reação à gravidez, na sua maioria as mães responderam que ficaram aborrecidas, mas depois conformaram-se (53%). Nesta mesma questão mas relativa à reação do pai, na sua maioria (51%) elas responderam que eles ficaram muito satisfeitos quando souberam que as suas parceiras estavam grávidas.

Relativamente às consultas de seguimento à gestação, 95% das mães referiram que fizeram consultas de seguimento pré natal regulares. Em média, as mães da nossa amostra foram a 5 consultas ($DP = 2.10$).

Quadro 3. Características da amostra: gravidez e nascimento

	<i>N=100</i>	<i>%</i>
A gravidez foi planeada?		
Sim	34	34
Não	66	66
Como reagiu quando soube que estava grávida?		
Muito negativamente	1	1
Ficou aborrecida mas depois conformou-se	53	53
Ficou satisfeita	17	17
Ficou muito satisfeita	29	29
Como é que pai da criança reagiu à gravidez?		
Muito negativamente	5	5
Ficou aborrecido mas depois conformou – se	22	22
Ficou satisfeito	18	18
Ficou muito satisfeito	51	51
Ele não sabe	2	2
Não se aplica	2	2
Consultas regulares de seguimento		
Sim	95	95
Não	5	5
	<i>M=5.01</i>	<i>DP=2.10</i>
	<i>Min.=0</i>	<i>Máx.=9</i>

2.2 Instrumentos

O protocolo de avaliação foi constituído pelos seguintes instrumentos:

- i. Um **Questionário sociodemográfico** (cf. Anexo 1), que teve como objetivo aceder a um conjunto de dados de natureza sociodemográfica sobre a mãe e a família. Este questionário, concebido no âmbito das teses de Mestrado Integrado nesta área, é composto por 6 páginas no total, dividido por 3 partes: Parte 1: Dados de identificação do próprio, inclui a idade, nível de escolaridade, profissão, estado civil, etnia e religião; Parte 2: Dados de identificação do agregado familiar, pretende saber a composição do agregado familiar bem como se existem outras pessoas que habitam com o agregado familiar. Parte 3: Pretende caracterizar a residência (área de residência, tipo de habitação, características, local e conforto da habitação. Com base nas respostas a este questionário foi, igualmente, categorizado o nível socioeconómico, através de uma fórmula adaptada à realidade angolana e que conjuga os seguintes parâmetros: área de residência, tipo de habitação, características da habitação, eletrodomésticos e conforto, e principal

fonte de rendimento familiar (cf. Anexo 2).

ii. Foi, igualmente, utilizado um **Questionário Geral sobre Gravidez e Nascimento** (cf. Anexo 3). Este questionário, construído no âmbito da presente dissertação, contém 18 itens que permitem que se avaliem questões acerca do período gestacional, tais como se a gravidez foi planeada, reação da mãe e do parceiro diante da gestação, consultas de seguimento à grávida. São também colocadas algumas questões relativas ao período pós-parto imediato tais como o contacto com o bebé logo após ao nascimento, aleitamento materno, e alojamento conjunto, assim como algumas perguntas relativas a eventuais complicações que possam ter ocorrido durante a gestação e período neonatal.

iii. A **Escala de Investimento Parental na Criança – EIPC** (Bradley et al., 1997) é uma escala de autorresposta, vocacionada para classificar o investimento socio emocional dos pais em relação aos seus filhos. Na sua versão portuguesa (Gameiro, Moura- Ramos & Canavarro, 2006), que foi a utilizada no presente estudo, é constituída por 19 itens, que são respondidos numa escala de tipo Likert, de 4 pontos, desde 1 (concordo fortemente) a 4 (discordo fortemente). Deste modo, a uma pontuação mais elevada corresponde sempre um maior investimento. Este instrumento permite a avaliação de três fatores diferentes: 1) Aceitação do papel parental: que se reflete em opções consistentes por parte dos pais em agir no melhor interesse do filho; 2) Prazer: alegria e prazer que os pais ensaiam com o filho, envolvendo afeto e o desejo de passar tempo com a criança; 3) Conhecimento/Sensibilidade ante as necessidades da criança. É de referir que este questionário ainda não foi adaptado para a população angolana.

2.3 Procedimentos

Algumas participantes foram abordadas pela investigadora no momento em que levavam os seus filhos à consulta de puericultura, outras foram abordadas nas enfermarias de puerpério.

Os questionários foram preenchidos com as mães, inicialmente no pátio do pavilhão exterior enquanto elas esperavam o atendimento às consultas de puericultura. Posteriormente, tendo em conta a falta de privacidade verificada, foi-nos cedido um espaço (consultório de Psicologia) onde se podiam recolher os dados com alguma privacidade.

Quanto à aplicação propriamente dita, no momento de entrega dos questionários às mães, para além de lhes serem explicadas as instruções, era-lhes pedido para assinarem um consentimento informado (cf. Anexo 4) no qual eram explicados os objetivos da investigação, a colaboração esperada dos sujeitos e as obrigações do investigador, nomeadamente quanto à confidencialidade.

A maioria das mães preencheram com o investigador, em forma de entrevista, poucos sendo os casos em que foi possível preencherem sozinhas. No que se refere às possíveis dúvidas que surgiam no momento do preenchimento dos questionários, estas eram esclarecidas, sendo mencionado às participantes que, tendo em conta que seria importante não deixar campos de preenchimento em branco, caso surgissem dúvidas, não deviam hesitar em pedir esclarecimentos.

A recolha de dados propriamente dita foi precedida por um estudo piloto, com a finalidade de se analisar a adequação dos procedimentos e a compreensibilidade dos instrumentos, possibilitando que se adaptassem algumas das expressões conforme a nossa realidade. Os questionários foram aplicados nos meses de novembro a janeiro. No mês de fevereiro realizou-se a introdução dos dados numa base de SPSS (versão 17.0 para Windows).

2.4 Tratamento Estatístico dos Dados

Para o tratamento estatístico dos dados foi utilizada a versão 17.0 do programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). Através desta ferramenta de cálculo, no âmbito da descrição da amostra (estatística descritiva) calcularam-se médias e desvios padrão para variáveis contínuas (idade da mãe e número de filhos) e frequências simples (absolutas e relativas) para variáveis categoriais (e.g. nível socioeconómico). Relativamente ao estudo das características psicométricas da EIPC foram calculados coeficientes alfa de Cronbach e correlações item-total, para análise da consistência interna e da validade dos itens. Para a descrição dos resultados obtidos na EIPC calcularam-se médias, desvios padrão, valores mínimos e máximos. Para o estudo do efeito de variáveis demográficas sobre os resultados na EIPC recorreu-se ao teste paramétrico de comparação de médias para amostras independentes (teste *t* de *Student*), bem como ao cálculo de coeficientes de correlação de Pearson.

3. Resultados

3.1 Consistência Interna da Escala de Investimento Parental na Criança

No Quadro 4 apresenta-se a análise da consistência interna das subescalas e escala total da Escala de Investimento Parental na Criança. Este quadro mostra-nos como é que os valores de alfa se comportam nas diversas subescalas.

Quadro 4. Medidas da consistência interna da Escala de Investimento Parental na Criança e das suas subescalas (N=100)

	Número de itens	Alfa de Cronbach
Aceitação do papel parental	6	.577
Aceitação do papel parental (sem o item 10)	5	.650

Prazer	7	.805
Conhecimento e sensibilidade	6	.154
Total	19	.663
Total sem as subescalas C&S	13	.774
Total sem subescala C&S e sem o item 10	12	.805

A subescala de Aceitação do Papel Parental apresentou um valor alfa de Cronbach de .577, sendo relativamente inferior ao intervalo sugerido por diferentes autores de .70 a .90 (Almeida & Freire, 2003). Entretanto, a mesma subescala sem o item 10 já apresenta um alfa de Cronbach de .650 que, embora superior, ainda assim é ligeiramente inferior ao intervalo sugerido pelos mesmos autores. Relativamente à subescala de Prazer esta apresenta um valor alfa de Cronbach igual a .805, dentro dos valores considerados aceitáveis. Em oposição, a subescala de Conhecimento e Sensibilidade apresenta um alfa de Cronbach de .154, valor este muito mais baixo do que o desejável. Por esta razão esta subescala não foi considerada nas análises realizadas sobre o impacto de variáveis sociodemográficas e familiares no investimento materno. No Quadro 4 apresentam-se, também, os valores de alfa da escala total uma vez retirados os itens da subescala de Conhecimento e Sensibilidade e o item 10 (que integrava a subescala Aceitação do Papel Parental). Nestas condições, os valores de alfa são aceitáveis – iguais a .774 e a .805, respetivamente.

3.2 Correlação dos Itens da EIPC com as Respetivas Subescalas

Para compreender a validade interna dos itens que constituem a escala EIPC calcularam-se coeficientes de correlação entre cada item e o total retificado (excluindo o item), assim como o contributo específico de cada um deles para a consistência interna das subescalas a que se referem. Na subescala Aceitação do Papel Parental não se considerou o item 10, por apresentar uma correlação muito fraca com o conjunto, baixando o respetivo coeficiente alfa (no Anexo 5 encontram-se as correlações item-total e valor de alfa, por subescala, entrando em conta com todos os itens). No Quadro 5 apresentam-se os resultados destas análises.

Os dados apresentados no Quadro 5 permitem-nos concluir que todos os itens se correlacionam acima de .20 com a sua correspondente subescala, satisfazendo o critério de Pascuali (2003, citado por Gameiro, Martinho, Canavarro & Moura-Ramos, 2008). Deste modo o alfa diminui sempre que se extrai um item, pelo que se pode deduzir que todos concorrem para a consistência interna da correspondente subescala.

Quadro 5: Correlação item-total e alfa se item retirado, por subescalas (N=100)

Subescalas	Item	Média	DP	Correlação Item-Total subescala	Alfa de Cronbach excluindo o item
Aceitação do papel Parental (sem o item 10)	1	2.47	.72	.468	.564
	4	2.64	.81	.604	.481
	7	2.67	.65	.338	.625
	16	2.59	.65	.280	.650
	18	2.54	.67	.330	.629
Prazer	2	3.05	.73	.469	.792
	5	3.12	.77	.401	.804
	8	3.07	.73	.540	.780
	11	3.48	.88	.643	.760
	14	3.10	.70	.590	.772
	17	3.51	.81	.724	.744
	19	3.03	.75	.417	.801

3.3 Análise de Estatística Descritiva da Escala de Investimento Parental na Criança

No Quadro 6 apresenta-se a análise descritiva para as pontuações da Escala de Investimento Parental na Criança. Importa referir que para a análise da subescala de Aceitação do Papel Parental considerou-se o item 10, no sentido de permitir a comparação com o estudo português. Pelo mesmo motivo, o total da escala entra em conta com todos os 19 itens iniciais.

Quadro 6: Estatística descritiva para as pontuações da Escala de Investimento Parental na Criança (N=100)

	Média	DP	Mínimo	Máximo
Aceitação do papel parental (6 itens)	14.78 (17.43)	2.51 (2.94)	8	19
Prazer (7 itens)	22.36(22.24)	3.66 (2.89)	9	28
EIPC (19 itens)	51.21 (55.63)	5.22 (5.38)	32	63
EIPC (12 itens)	35.27	5.03	16	45

Nota: Os valores apresentados entre parêntesis dizem respeito a uma amostra de mães portuguesas (N=129) (Gameiro et. al., 2008).

Tal como se pode observar, os valores obtidos pela nossa amostra são inferiores aos da amostra portuguesa no que toca às

subescalas Aceitação do Papel Parental e, conseqüentemente, EIPC Total, sendo os valores médios da subescala Prazer muito próximos nas duas amostras.

3.4 Investimento Materno e Variáveis Sociodemográficas e Familiares

No Quadro 7 apresentam-se as médias e desvios-padrão do investimento parental (subescalas e total) em função das diferentes categorias de variáveis sociodemográficas e relativas à gravidez/parto. Na última coluna do Quadro são apresentados resultados do teste *t* de Student para comparação entre as médias obtidas pelas subamostras consideradas.

Das análises realizadas foi possível verificar não haver diferenças estatisticamente significativas quanto ao investimento que a mãe faz no seu bebé em função da sua situação conjugal, do facto de ter ou não planeado a sua gravidez, ter ou não tido contacto com o bebé logo após o nascimento e ter ou não apoio do parceiro para o bem-estar do bebé.

Já o nível socioeconómico e o sexo do bebé mostram ter influência no grau de investimento materno: assim, vemos que são as mulheres de nível socioeconómico baixo quem mais investe nos seus bebés, mais do que as de nível socioeconómico mais elevado, $t(95) = 3.471$, $p < .01$, bem como são as mães de meninos que transmitem níveis mais altos de investimento, quando comparadas com as mães de meninas, $t(98) = 2.244$, $p < .05$.

Quadro 7: Impacto de variáveis sociodemográficas e relativas à gravidez/parto no investimento materno (variáveis categoriais)

	<i>Média</i>	<i>DP</i>	<i>t</i>
Situação conjugal			
Solteira (n=21)	36.24	3.77	0.997
Casada/união de facto (n=78)	35.0	5.34	
Nível socioeconómico			
Baixo (n=34)	37.68	3.30	3.471**
Médio/Elevado (n=63)	34.48	4.79	
Género do bebé			
Masculino (n=48)	36.40	3.21	2.244*
Feminino (n=52)	34.23	6.11	
Gravidez planeada			
Sim (n=32)	35.66	3.45	0.057
Não (n=65)	35.60	4.99	
Contacto com o bebé após o nascimento			
Sim (n=80)	35.00	5.41	-1.075
Não (n=20)	36.35	2.87	
Colaboração do parceiro			
Sim (n=72)	35.07	5.34	-0.638

Não (n=28)	35.79	4.18
------------	-------	------

** p<.01 *p <.05

O Quadro seguinte (Quadro 8) apresenta as correlações entre variáveis contínuas (sociodemográficas e familiares) e o investimento materno no bebé.

Quadro 8: Relações entre variáveis sociodemográficas e relativas à gravidez/parto e investimento materno (variáveis contínuas)

	<i>r</i>
Idade da mãe	-.132
Nº de anos de escolaridade completados pela mãe	-.251*
Paridade	-.005
Nº de consultas pré-natais	.0928
Idade do bebé	-.308**

* p<.05

A partir dos resultados obtidos é possível verificar uma correlação estatisticamente significativa e negativa entre o número de anos de escolaridade da mãe e o investimento materno, isto é, quanto mais anos de escolaridade a mãe tiver completado, menos investimento no seu bebé e vice-versa. Existe também uma correlação negativa estatisticamente significativa entre investimento materno e idade do bebé, que traduz um menor investimento materno em mães de bebés mais velhos.

4. Discussão

A presente pesquisa procurou estudar o impacto de variáveis sociodemográficas e familiares no investimento materno no bebé, assim como analisar a aplicabilidade e propriedades psicométricas da Escala de Investimento Parental na Criança na realidade angolana.

Antes de refletirmos sobre os resultados atingidos, é fundamental salientar que a presente investigação é de carácter exploratório, uma vez que existem poucos trabalhos realizados com a Escala de Investimento Parental na Criança na população angolana.

As considerações sobre os resultados atingidos tomarão como referência a revisão da literatura sobre a problemática, pretendendo discutirlos tendo em conta o contexto angolano.

A partir da análise dos resultados alcançados pela nossa amostra nos distintos questionários (Questionário sociodemográfico, Escala de Investimento Parental na Criança e Questionário Geral sobre Gravidez e Nascimento) e apresentados no capítulo precedente, passamos, então, a refletir acerca dos aspetos essenciais desses resultados.

No que se refere às características sociodemográficas da amostra, um aspeto a realçar prende-se com o universo das mães que tiveram os seus filhos na Maternidade. Segundo dados provenientes de fonte estatística da

maternidade são anualmente realizados naquela instituição aproximadamente 11.644.00 partos normais. Contudo a nossa amostra tem apenas 100 casos recolhidos aleatoriamente, pelo que poderá não ser representativa da população servida pela maternidade. A maioria das mães desta amostra apresenta idades compreendidas entre os 20 e 29 anos, vivendo em união de fato e possuindo como nível de escolaridade o ensino médio concluído. No que toca ao nível socioeconómico existe predominância de mães com nível médio ou baixo. Este facto poderá ser explicado por a maior parte das mães de nível socioeconómico médio/elevado optarem por dar à luz em clínicas privadas ou por se deslocarem ao exterior do país (como à vizinha Namíbia, África do Sul e Portugal), à procura de melhor qualidade técnica e hoteleira na assistência ao parto. Quanto ao número de filhos as mães tinham em média dois filhos, o que se compreende tendo em conta a maioria das respetivas idades.

No que diz respeito às características sociodemográficas da amostra no que se refere aos bebés, importa salientar que o género predominante é o feminino, ao passo que a idade dos bebés ronda 1 mês (entre zero e três meses).

Relativamente às características da amostra relacionadas com a gravidez e o nascimento, grande parte das participantes referiram não ter planeado a gravidez, tendo ficado aborrecidas mas depois conformadas com a notícia. Esta é, efetivamente, uma realidade preponderante em Angola, dada a deficiente informação, educação e comunicação, certos padrões culturais que impedem as mães angolanas à aderirem ao planeamento familiar. Em oposição, as mães relatam que os seus parceiros ficaram muito satisfeitos quando tomaram conhecimento que as suas companheiras estavam grávidas. Já no que se refere às consultas de seguimento à grávida a maior parte das mães referiram que fizeram consultas e a média do número de consultas foi de cerca de cinco.

No instrumento utilizado para a recolha de dados, a Escala de Investimento Parental na Criança, os resultados obtidos para a consistência interna apresentam valores aceitáveis no que diz respeito à subescala de Prazer, são baixos na subescala de Aceitação do Papel Parental e muito baixos no que diz respeito à subescala de Conhecimento e Sensibilidade. A fraca consistência interna pode dever-se, por um lado, ao facto de as mães angolanas terem apresentado dificuldade na compreensão clara dos significados dos itens no que tange a linguagem e o conteúdo, levando a uma interpretação errada. Por outro lado, estes valores baixos podem estar ligados a valores e padrões culturais, levando a que alguns itens não lhes fizessem sentido. À guisa de exemplo e fazendo recurso a uma das afirmações correspondentes à subescala de Sensibilidade e Conhecimento, o item 12 (“As crianças têm simplesmente que aprender a ajustar-se ao barulho e luzes de uma casa”) para a realidade portuguesa significa menor investimento, ao passo que no contexto angolano, concretamente na cultura “Nhaneca” (comunidade da Província da Huíla) tendo em conta os costumes, crenças e hábitos pode significar maior investimento no bebé. Esta questão pode ser

explicada por um lado devido ao aspeto cultural, visto que após o nascimento se realiza uma cerimónia denominada “pita ponjo” para festejar a vinda e a saída do bebé para fora de casa. Por outro lado, as transformações sociais que aconteceram no período da guerra civil que assolou o país durante muitos anos obrigaram a algumas mudanças nas atitudes e comportamentos das mães e das famílias para com os seus bebés, o que permitiu a exposição direta ou indireta ao barulho. Ainda para a realidade angolana, particularmente no que diz respeito à população suburbana e de baixo nível de escolaridade, a falta de informação, educação e comunicação, bem como o insuficiente conhecimento acerca do efeito do barulho no bebé, pode levar os adultos a pensar e a proceder de maneira incorreta, não protegendo devidamente os seus bebés do excesso de ruído. Quanto às luzes, esta questão parece não fazer sentido nestas comunidades, que constituem por excelência a maioria da amostra do nosso estudo, uma vez que vivem em zonas onde, para além de não existir saneamento básico, água corrente e esgotos, também não dispõe de energia elétrica.

Um outro exemplo a destacar que parece não fazer sentido também é o item 10 (“Tive que desistir de fazer muitas coisas de que gosto apenas para tomar conta do/da meu/minha filho/a”): na cultura angolana as mães carregam às costas os seus filhos e continuam a realizar as suas atividades com regularidade, e toda a mãe que desiste pode ser vista como incapacitada de ser mãe, esposa e dona de casa. Um outro aspeto a ressaltar prende-se com o facto de a nossa amostra ser constituída sobretudo por mães que professam uma determinada religião protestante e de nível socioeconómico baixo/médio e com pouca escolaridade, que facilmente aceitam e acreditam que a vida é um dom de Deus, tão valioso, ímpar e exclusivo que devem ser gratas a tudo, pelo que não devem desistir de nada, devendo conciliar os filhos com as suas atividades.

Apesar destas considerações, que refletem a inadequação do conteúdo de alguns dos itens à realidade angolana, a retirada de todos os itens da subescala de Conhecimento e Sensibilidade (6 itens) e do item 10 (subescala de Aceitação do Papel Parental) traduziu-se em valores de correlação dos restantes itens com os respetivos totais todos superiores a.40, o que significa que todos concorrem para a consistência interna do instrumento, cujo valor é aceitável (igual a.805), quando depurado daqueles 7 itens. Por este motivo, decidimos prosseguir com as análises baseadas nos resultados deste instrumento.

Relativamente às médias, nota-se que os valores obtidos para a população angolana são inferiores aos da amostra portuguesa no que toca à subescala de Aceitação do Papel Parental e à EIPC Total, ao passo que na subescala de Prazer as médias assumem valores muito próximos. É compreensível obter resultados distintos quando aplicamos um mesmo instrumento em contextos culturais diferentes. Apesar de os dois contextos pertencerem aos estados soberanos da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa e, também, devido ao passado de Angola enquanto colónia portuguesa, o que leva a que partilhem, para além da língua, outros

hábitos culturais, certos valores e padrões culturais elementares são perpetuados e passados de geração em geração, o que pode levar à diferenciação dos resultados. Assim, o conceito de investimento parental na realidade angolana, nomeadamente para a amostra do nosso estudo, onde a maior predominância recai em mães com nível socioeconómico médio ou baixo, pode ser entendido de maneira diferente. Portanto o investimento parental para estas mães pode ser traduzido como uma interação não-verbal que envolve o contato precoce, através do olhar, tocar, sorrir e sobretudo a amamentação, que parecem consolidar o desenvolvimento de uma relação de confiança entre a mãe e o bebé.

Na análise do investimento parental em função de variáveis sociodemográficas e relativas à gravidez e parto não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas em função da situação conjugal, o facto de a gravidez ter ou não sido planeada, de a mãe ter ou não tido contacto com o bebé após o nascimento e tido ou não colaboração por parte do parceiro nos cuidados ao bebé. De acordo com a literatura seria de esperar que as mães ou as famílias que experienciam mais satisfação conjugal antes do nascimento, também experienciassem mais satisfação conjugal depois do nascimento (Belsky et al., 1985, citados por Relvas & Lourenço, 2001). Por outro lado, a literatura também tem salientado que um contacto próximo e satisfatório com o cônjuge está positivamente correlacionado com a vinculação mãe-feto e mãe-bebé, assim como o envolvimento do pai está ligado a comportamentos maternos ajustados e com uma relação positiva mãe-filho (Bloom, 1998, Diehl, 1997, citados por Manning, 2007). Contudo, tal situação não foi observada no presente estudo. A circunstância de a união de facto ser uma realidade muito comum em Angola (cf. “alembamento” ou casamento cultural) leva a que as mães sejam consideradas casadas diante da sua tribo, o que pode significar que estas mulheres apresentam uma situação conjugal habitual e que lhes permitiu desenvolver reações maternas ajustadas.

No que se refere ao nível socioeconómico nota-se que existe diferença estatisticamente significativa, sendo as mulheres de nível socioeconómico baixo quem mais investe nos seus bebés, comparativamente com as mães de nível socioeconómico mais elevado. Isso parece, por um lado, ir de encontro ao estudo realizado por Lordelo (2007) que aduz que as interações entre as díades de nível socioeconómico baixo são muito mais constantes no que toca a trocas não-verbais, que abarcam somente o contacto corporal, enquanto as díades de nível socioeconómico médio obtêm resultados mais altos nas interações verbais. O investimento que as mães fazem nos seus filhos é visível na forma como elas cuidam deles desde o pós parto imediato, por exemplo na forma de olhar, pegar e de acariciar, entre outras respostas físicas que vão dando aos seus bebés. Por outro lado, estes resultados parecem contrariar os de alguns outros autores (Bayley & Schaefer, 1960, Field & Pawlby, 1980, Kilbride, Johnson, & Streissguth, 1977, Tulkin & Kagan, 1972, todos citados por Figueiredo, 2001) que sugerem que as mães de classe média ou alta providenciam ao bebé muito mais oportunidades de

estimulação, do que as mães de classe social baixa. Também não vai de encontro às ideias de Belsky (1997, citado por Gameiro, Martinho, Canavaro & Moura-Ramos, 2008) segundo as quais, quando os recursos são escassos, os pais tendem a investir menos nos seus filhos.

Porém, também de acordo com Belsky estas mesmas circunstâncias parecem estar associadas ao desenvolvimento sexual mais precoce, favorecendo a procriação. Este último aspeto parece ir de encontro ao que sucede no contexto angolano, onde as mães engravidam muito cedo. No nosso entender os mesmos fatores que explicam o baixo nível socioeconómico destas mães angolanas (baixa renda, baixo suporte social, educação insuficiente, empregos inferiores, baixos índices de motivação e realização dentro da escola) são os mesmos fatores que poderão explicar o elevado investimento socioemocional que encontramos nas mães de baixo nível socioeconómico. Neste sentido, é muito frequente vermos as mães angolanas de baixo nível socioeconómico com trabalho formal ou informal a levarem os seus filhos às costas ao realizarem as suas atividades que garantem o sustento da família, proporcionando a estes maior contato físico não-verbal, que se reverte em maior investimento materno.

No que diz respeito ao sexo do bebé os resultados obtidos mostram que existem diferenças estatisticamente significativas, sendo as mães de meninos que transmitem níveis mais altos de investimento, quando comparadas com as mães de meninas. Esta constatação vai de encontro ao que é referido por vários autores (Bakeman & Brown, 1977, Brown et al., 1975, citados por Figueiredo, 2001), que mostram que as mães com bebés do sexo masculino têm maior tendência para estimular e ser mais afetuosas do que as mães com bebés do sexo feminino.

Quanto à análise do grau de relações existentes entre as variáveis contínuas, sociodemográficas e relativas à gravidez/parto e o investimento materno, não se evidenciaram associações significativas, com exceção das variáveis “número de anos de escolaridade completados pela mãe” e “idade do bebé”. No que diz respeito à primeira variável verifica-se uma correlação negativa estatisticamente significativa, isto é, quanto mais anos de escolaridade a mãe tiver completado, menos investimento no seu bebé e vice-versa. Dessa forma, nesta investigação sucedeu o contrário do esperado com base na maioria da bibliografia disponível (Bayley & Schaefer, 1960, Field & Pawlby, 1980, Kilbride, Johnson, & Streissguth, 1977, Tulkin & Kagan, 1972, todos citados por Bossardi, 2011). Por outro lado estes resultados são concordantes com os estudos de Bossardi (2011) que, contrapondo-se aos estudos realizados pelos autores citados anteriormente, também constatou uma correlação negativa de acordo com a qual mães com maior nível de escolaridade e nível socioeconómico alto investem menos em cuidados básicos, enquanto as mães com menor nível de escolaridade e nível socioeconómico baixo investem mais em cuidados básicos. Portanto, estamos cientes que, até certo ponto, a relação entre investimento materno e escolaridade da mãe poderá ser explicada também com base na variável nível socioeconómico, uma vez que estes fatores poderão estar todos

interligados e concorrerem para maior investimento materno no bebé, em mães angolanas.

Existe também uma correlação negativa estatisticamente significativa entre investimento materno e idade do bebé, que traduz um menor investimento materno em mães de bebés mais velhos. Esta correlação poderá ser explicada com base no alojamento conjunto e amamentação, uma vez que oferece inúmeras vantagens para a mãe, o bebé e a família, facilitando as trocas contínuas entre a mãe e o bebé, o conhecimento mútuo e a satisfação imediata das necessidades físicas e emocionais do recém-nascido, melhor envolvimento das mães e/ou de outras figuras significantes e a promoção do estabelecimento precoce do vínculo afetivo entre a mãe e o seu bebé, aumentando deste modo a ligação afetiva entre eles, proporcionando de igual modo maior entusiasmo da mãe nas primeiras semanas de vida, bem como fortalecendo a autoconfiança materna.

5. Conclusões

Esta pesquisa permitiu avaliar o impacto de variáveis sociodemográficas e familiares no investimento materno no bebé na realidade angolana. Foi também objetivo do nosso trabalho analisar algumas características psicométricas da EIPC e suas subescalas, bem como analisar esta escala do ponto de vista da estatística descritiva e comparar os resultados com os de um estudo português congénere.

A pesquisa bibliográfica efetuada permitiu explorar os conceitos essenciais relacionados com a vinculação e investimento parental, permitindo-nos concluir que estes são determinantes para o desenvolvimento futuro e bem-estar da criança. Assim o investimento parental das mães angolanas nos seus bebés traduz-se em interações não-verbais, que envolvem o contato corporal como forma de proporcionar ao bebé maior segurança e confiança, e até mesmo a sobrevivência uma vez que estas mães com nível socioeconómico baixo/médio encontram na amamentação principalmente nos primeiros meses de vida do bebé a única fonte de alimentação dos seus filhos, ao mesmo tempo que a mesma proporciona benefícios para a saúde do bebé.

A pesquisa ainda permitiu analisar as variações encontradas entre os resultados do estudo português e do estudo angolano, através da aplicação da Escala de Investimento Parental na Criança. Nesta abordagem, os resultados encontrados nas mães angolanas foram inferiores em relação ao contexto português. Contudo, maior prevalência foi verificada nas mães de nível socioeconómico baixo/médio, com pouco acesso ao sistema de informação em saúde e educação. É de referir também que importantes transformações sociais e económicas estão ocorrendo na sociedade angolana e que o investimento parental no cuidado com os filhos terá de ser entendido nesta perspetiva.

Acreditamos que a apresentação destes aspetos no âmbito desta investigação possa contribuir para uma melhor compreensão do conceito de

investimento materno destas mães. Entretanto o apoio às mães nesta fase de transição reforça a sua autoconfiança e é suscetível de promover experiências de interação mãe-filho bem-sucedidas.

Porém, certas limitações podem ser comentadas a respeito deste estudo. A falta de investigações angolanas acerca do investimento parental reforça a nossa limitação na busca de argumentação contextual para o presente estudo. Por outro lado, este aspeto pode ser considerado em parte como uma mais-valia do presente estudo, na medida em que ele se constitui como uma primeira abordagem nesta área de investigação no contexto angolano, reforçando a ideia de que mais pesquisas sobre este assunto devem ser conduzidas no país.

Outro aspeto que nos parece importante mencionar, prende-se com a insuficiente privacidade por falta de espaço durante as entrevistas, o que provavelmente interferiu negativamente para uma completa honestidade na resposta às questões por parte das participantes. Assim, incentivamos uma recolha de dados em áreas com maior privacidade, agradáveis e de mínima pressão. Deve-se observar, igualmente, que a amostra estudada não é estratificada, podendo não ser representativa da população angolana. Por conseguinte os resultados encontrados devem ser tomados como característicos do grupo estudado, não podendo ser generalizados para aquela população. Neste sentido propomos que se façam estudos em amostras com maior representatividade, de forma a poder obter resultados mais generalizáveis.

Seria importante também, no futuro, construir uma escala de raiz, mais adaptada à realidade angolana, no sentido de buscar uma compreensão mais abrangente do investimento materno no nosso país.

Referências Bibliográficas

- Alarcão, M. (2002). *(Des) Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto
- Almeida, L. S., & Freire, T. (2003). *Metodologia da investigação em Psicologia e Educação* (3ª ed.). Braga: Psiquilíbrios.
- Bossardi, C. N., (2011). *Relação do engajamento parental e relacionamento conjugal no investimento com os filhos*. Dissertação de mestrado em psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Disponível em <http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95383/289385.pdf?sequence=1>
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss*. New York: Basic Books.
- Brás, P. M. F. (2008). *Um olhar sobre a parentalidade: Estilos parentais e aliança parental à luz das transformações sociais atuais*. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia não publicada. Universidade de Lisboa, Lisboa. Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/743/1/17380_Tese_de_Mestrado_Patricia_Bras.pdf
- Bussab, S. R. (1989). *Comportamento humano: Origens evolutivas*. São Paulo: Edicon.
- Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto.
- Dalla, R., & Gamble, E. (2000). *Mother, daughter, teenager - who am I? Perceptions of adolescent maternity in a Navajo reservation community*. *Journal of Family Issues*, 21(2), 225-245.
- Diehl, K. (1997). *Adolescent mothers: What produces positive mother - infant interaction? MCN American Journal of Maternal Child Nursing*, 22(2), 89-95.
- Dorothy, E. S. (2002). Teorias psicológicas do desenvolvimento e do comportamento humano. In J. Kay & A. Tasman (Eds.), *Psiquiatria: Ciência comportamental e fundamentos clínicos* (E. Nopper, Trad., pp. 39-73). Barueri-SP, Brasil: Manole. (Obra original publicada em 2000).
- Eliason, M. (1998). Da concepção à infância. In R. B. Verolyn (Ed.), *Enfermagem fundamental: Abordagem psicofisiológica* (M. T. Leal, A. G. Almeida, B. M. Corrêa, et al., Trad., pp. 219-257). Lisboa: Lusodidacta. (Obra original publicada em 1994)
- Figueiredo, B. (2001). *Mães e bebês*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Freitas, E. H. S. (2011). *Importância das memórias dos cuidados recebidos na infância e qualidades do investimento parental em mães de bebês pré termo*. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia da Saúde. Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa. Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5075/1/ulfpie039695_tm.pdf
- Gameiro, S., Martinho, B., Canavarro, M. C., & Moura-Ramos, M. (2008). Estudos psicométricos da Escala de Investimento Parental na Criança. *Psychologica*, 48, 77-99.
- Giugliani, E. R. J. (2006). *Alojamento conjunto e amamentação*. In F. Freitas, S. H. Martins-Costa, J. G. L. Ramos & J. A. Magalhães (Eds.), *Rotinas em obstetrícia* (pp. 312-322). Porto Alegre: Artmed.

Pedro, J. C. G. (1985). *A relação mãe- filho: Influência do contacto precoce no comportamento da díade*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Lordelo, E. R. (2002). *Interação social e responsividade em ambientes doméstico e de creche: Cultura e desenvolvimento*. Estudos de Psicologia, 7 (2), 343-350. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v7n2/a15v07n2.pdf>

Manning, B. (2009). *Transição para a parentalidade*. In L. D. Lowdermilk, & S. E. Perry (Eds.). *Enfermagem na maternidade* (7ª ed., A. P. Espada, Trad., pp. 521-556). Loures: Lusodidacta. (Obra original publicada em 2006)

Monteiro, M., & Santos, M. R. (1998). *Psicologia*. Porto: Porto Editora.

Relvas, A. P. & Lourenço, M. D. C. (2001). *Uma abordagem familiar da gravidez e da maternidade: Perspectiva sistémica*. In M. C. Canavarro (Ed.), *Psicologia da gravidez e da maternidade* (pp. 105-132). Coimbra: Quarteto Editora.

Sadock, B. J., & Sadock, V. A., (2007). *Compêndio de psiquiatria: Ciências do comportamento e psiquiatria clínica* (9ª ed., C. O. Dornelles, C. Monteiro, I. S. Ortiz & R. C. Cataldo, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Obra original publicada em 2003).

Seabra-Santos, M. J. (2001). *Conhecer as competências do recém-nascido*. In M. C. Canavarro (Ed.), *Psicologia da gravidez e da maternidade* (pp. 133-160). Coimbra: Quarteto Editora.

Tokumar, R. S., Zorte, T. C., Howat-Rodrigues, A. B. C., & Andrade A. L. (2011). *Diferenças no investimento materno em função de variáveis socioambientais*. *Estudos de Psicologia*, 16 (1), 49-55. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v16n1/a07v16n1.pdf>

Townsend, M. C. (2011). *Enfermagem em saúde mental e psiquiátrica*. (6ª ed., S. C. Rodrigues, Trad.). Loures: Lusociência. (Obra original publicada em 2009).

ANEXOS

Anexo 1. Questionário Sociodemográfico

Anexo 2. Determinação do NSE

Anexo 3. Questionário Geral sobre Gravidez e Nascimento

Anexo 4. Consentimento Informado

Anexo 5. Correlações Item-Total e Coeficiente Alfa por Subescala, entrando em conta com todos os 19 itens.